



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para implantação dos serviços de acesso à internet via fibra óptica, através de instalação, configuração, manutenção e suporte de um circuito de dados para atender as necessidades da Prefeitura de Abadia dos Dourados-MG, suas secretarias e demais unidades, onde 15 pontos de instalação terão velocidade mínima de 200 Mbs e 6 pontos velocidade mínima de 300 Mbs, nos termos da tabela abaixo, conforme quantidade e exigências estabelecidas nesse instrumento.

O quantitativo estimado da prestação de serviços de internet via fibra óptica para atendimento das necessidades está descrito conforme demonstrado na tabela a seguir:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
001	54	SE	Serviço de Internet via fibra Óptica com velocidade mínima de 200 Mbs de download e 50 por cento de upload e estrutura lan to lan. Os serviços incluem além da instalação, manutenção e assistência técnica a configuração e manutenção dos equipamentos necessários para o funcionamento do serviço. <ul style="list-style-type: none">• 2 pontos de instalação na Creche Monsenhor Josias Tolentino de Araújo localizada na Rua Eli Custódio, 10 - Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação no Posto de Saúde Dona Nair Gomes Caldas localizado na Rua Dr. Calil Porto, 140 - Abadia dos Dourados/MG.• 1 Ponto de instalação para manutenção do Conselho Tutelar- localizado na Av. Benedito Teodoro da Silva, 285 – Centro Abadia dos Dourados/MG.• 1 Ponto de instalação para manutenção do CRAS localizado na Rua Ilídio Duarte, 10 – Vila Duarte – Abadia Dos Dourados / MG.• 1 ponto de instalação para manutenção da Casa da Cultura localizado na Av. Baldoina, 1421 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação para a Secretaria Municipal de Saúde localizada Av. Benedito Teodoro da Silva, 206 - Centro, Abadia dos Dourados – MG.• 6 pontos de instalação assim distribuídos:<ul style="list-style-type: none">• SIAT – RODOVIÁRIA localizada na Av. Baldoina, 1600 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.• PRAÇA PRINCIPAL localizado na Praça Manoel Esteves S/N Abadia dos	108,21	5.843,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

			<p>Dourados/MG.</p> <ul style="list-style-type: none">• PRAÇA RODOVIÁRIA localizada na Av. Baldoina, 1600 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.• PRAÇA CONVIVER localizada na Rua Ilídio Duarte de Sousa – Praça Abadia dos Dourados/MG.• ALMOXARIFADO localizado na Av. Benedito Teodoro da Silva, 229 – Centro Abadia dos Dourados/MG.• INSS localizado na Praça Manoel Esteves S/N Abadia dos Dourados/MG.• 2 pontos de instalação no Gabinete da Prefeitura de Abadia dos Dourados, localizado Rua Dr. Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.		
002	45	SE	<p>Serviço de Internet via fibra Óptica com velocidade mínima de 300 Mbs de download e 50 por cento de upload e estrutura lan to lan. Os serviços incluem além da instalação, manutenção e assistência técnica a configuração e manutenção dos equipamentos necessários para o funcionamento do serviço.</p> <ul style="list-style-type: none">• 1 ponto de instalação no Posto de Saúde Maria das Chagas Bruno localizado na Rua Quinca Rodrigues, 270 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia localizado na Av. Benedito Teodoro da Silva, 367 – Centro Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação na Escola Municipal Luiz Garcia Sobrinho localizado na Av. Baldoina, 1335 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação no Posto de Saúde Dona Nair Gomes Caldas localizado na Rua Dr. Calil Porto, 140 - Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação no prédio da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados para a manutenção do Programa Bolsa Família localizado Rua Dr. Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.• 1 ponto de instalação no Gabinete da Prefeitura de Abadia dos Dourados, localizado Rua Dr. Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.	209,5366	9.429,147

Portanto, trata-se de uma prestação de serviços comuns de forma contínua tendo em vista que o objeto é indispensável para a prestação de serviços a população e para a melhoria dos processos internos da Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O prazo de vigência contratual será de até 31 de dezembro de 2024. Caso haja interesse entre as partes, o presente contrato poderá ser renovado mediante termo aditivo, nos termos da Lei 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Considerando que as novas tecnologias digitais são uma realidade em diferentes setores da sociedade, inclusive para a gestão pública e que o uso da tecnologia otimiza tempo, ajuda a reduzir custos e torna a rotina das pessoas mais fácil. Além de serem uma aliada no dia a dia da administração, elas agilizam procedimentos, ajudam no processamento e controle de arrecadação de uma prefeitura e eliminam possíveis falhas. Além de permitir que gestores tenham mais autonomia e eficiência. Além disso, traz mais conforto e confiabilidade para os cidadãos.

Considerando que gestores inteligentes e comprometidos com o desenvolvimento eficiente de sua administração recorrem à digitalização em busca de melhorias no controle de recursos e processos internos. Ainda, a transformação tecnológica, em especial a utilização de internet nos processos de trabalho apresenta resultados em relação à produtividade e eficiência dos funcionários. Isso acaba proporcionando bem-estar e satisfação no ambiente de trabalho. Já pensando no cidadão, um estudo divulgado em 2021 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostra que 60% deles preferem realizar solicitações através da internet, aplicativo ou mensagem de texto.

Considerando que a Lei de Acesso à Informação, em seu 8º artigo, decreta que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação de informações públicas em local de fácil acesso. As informações podem ser de interesse coletivo ou geral e que a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), já em 2000, mesmo antes da popularização da internet, dispunha que planos orçamentos e prestações de contas deveriam ter ampla publicidade “em meios eletrônicos de acesso público”.

Dessa forma, entidades e órgãos públicos precisam possuir o seu site oficial, principalmente a prefeitura, pois o site municipal é indispensável. Através dele será possível divulgar as informações previstas na LAI e adequar-se à legislação. Informações como Licitações, Leis, Decretos, Processos Seletivos e Concursos Públicos precisam estar a um clique de distância do cidadão. Além disso, vale reforçar que manter esses dados sempre atualizados é essencial no cumprimento às leis de transparência.

Considerando que a conectividade com a internet é imprescindível para garantir a disponibilidade, confiabilidade e eficiência dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, por meio de suas secretarias municipais e que o número de pontos e quantidade de megas varia de uma para outra, dependendo das atividades a serem desenvolvidas e dos programas a serem utilizados e que a internet possibilitar aos servidores acesso aos sistemas corporativos e externos que são necessários para o desempenho de suas atividades.

Considerando que a falta da Internet nas Prefeituras e suas Secretarias pode impactar negativamente a eficiência, a transparência, e qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade, além de dificultar a gestão administrativa e a comunicação interna e externa.

Diante do exposto acima, a contratação de empresa especializada em serviços de internet com fibra óptica para atender a Prefeitura de Abadia dos Dourados, suas secretarias e demais departamentos é indispensável, visando atender as seguintes necessidades:

I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

II - a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

III - a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

IV - a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

V - o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

VI - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;

VII - o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

VIII - o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

IX - a atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e, quando couber, com a transferência de sigilo, nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

X - a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

XI - a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para implantação dos serviços de acesso à internet via fibra óptica, através de instalação, configuração, manutenção e suporte de um circuito de dados para atender as necessidades da Prefeitura de Abadia dos Dourados-MG se faz necessária tendo em vista que o setor público passou por grandes impactos nos últimos anos e entre as principais demandas envolve a transformação digital, voltada para os processos internos, operacional, até os resultados e entregas ao cidadão por meio de serviços cada vez mais eficientes.

O uso de tecnologias avançadas não se trata de uma opção para a gestão pública, mas de uma necessidade que se impõe sobre os processos administrativos complexos e que requer dos gestores, constante atualização e adaptação à nova realidade.

A contratação de internet por fibra óptica pode trazer diversas vantagens:

1. Econômicas:

- **Eficiência de custos em longo prazo:** Embora o custo inicial possa ser mais alto do que outras tecnologias de internet, a fibra óptica geralmente oferece uma melhor relação custo-benefício em longo prazo devido à sua durabilidade e menor necessidade de manutenção.
- **Aumento da produtividade:** A internet de alta velocidade proporcionada pela fibra óptica pode aumentar a eficiência e produtividade em empresas, permitindo transferência rápida de dados e acesso rápido a recursos online.
- **Estímulo ao desenvolvimento econômico:** A disponibilidade de internet de qualidade pode atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico em regiões que antes eram mal servidas por conexões de baixa velocidade.

2. Sociais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Acesso igualitário à informação: A fibra óptica oferece velocidades de conexão mais rápidas e mais consistentes, o que permite um acesso mais igualitário à informação e oportunidades educacionais, independentemente da localização geográfica.

- Melhoria da comunicação: Uma internet rápida e estável facilita a comunicação entre pessoas, empresas e instituições, promovendo uma sociedade mais conectada e colaborativa.

3. Ambientais:

- - Menor impacto ambiental: A fibra óptica consome menos energia do que outras tecnologias de internet, como o cobre, e tem uma vida útil mais longa, o que reduz o desperdício e o impacto ambiental associado à substituição frequente de equipamentos.

- - Redução da emissão de carbono: A internet de fibra óptica geralmente consome menos energia do que outras tecnologias, o que pode resultar em uma redução nas emissões de carbono associadas à infraestrutura de telecomunicações.

Vale ressaltar que o objeto em questão, descrição do serviço propriamente dito, padrões de qualidade e de desempenho, foi delimitado por meio de especificações usuais do mercado e, portanto, se enquadra no conceito de bens e/ou serviços. É importante mencionar, ainda, que a contratação em questão não representa fracionamento, não configurando parcela de um mesmo serviço ou compra que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, por se tratar de serviço comum, a modalidade de contratação será a dispensa de licitação por valor, na sua forma eletrônica com critério de julgamento do tipo menor preço, nos termos do inciso II do Art.75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Deverão estar inclusas nas propostas todas as despesas do serviço, mão-de-obra, taxas, transporte, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços estipulados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O acesso à internet deverá ser permanente (24 horas por dia e 07 dias por semana, a partir de sua ativação), e com total conectividade. A solução deve ser configurável e adaptável às necessidades da Contratante, permitindo praticidade na sua utilização diária.

Os serviços contratados deverão estar de acordo com a legislação atualizada referente ao processo de licitação e contratação de solução de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) pela Administração Pública, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/legislacao>.

5.1 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Habilitação

Para os itens desta licitação, a participação é exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), exigidos no edital, PROPOSTA com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO, MARCA/MODELO (se for o caso), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, e, ainda, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação;

A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos do Edital e seus anexos.

Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta dispensa;

O envio da proposta, exigida no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 33, § 1º da LC nº 123 de 2006;

Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o edital.

No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

✓ Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

✓ Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

✓ Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Para os itens desta licitação, a participação é exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constante abaixo, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação em CHAT, sob pena de inabilitação;

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização. Os licitantes deverão encaminhar os seguintes documentos de habilitação:

5.4.1 Habilitação jurídica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou; b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.

e) Em se tratando de micro empreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

g) Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

h) Documento de Identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG.

5.4.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1933, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Alvará de localização e funcionamento, com validade para o exercício 2024.

5.4.3 Qualificação econômico-financeira:

- **Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial;** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor; O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;

5.4.4 Qualificação técnica:

- Documento atestando a capacidade técnica, profissional e operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, que comprove que a empresa já tenha prestado serviços compatíveis com o objeto solicitado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A Contratada terá como obrigação principal a prestação de serviço de acesso a internet via Fibra óptica, mínimo de 200 megas para 15 pontos e 6 pontos com no mínimo 300 megas. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratuais.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Os serviços deverão ser entregues nos locais indicados na tabela abaixo mediante autorização de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal Solicitante. Os provedores deverão ser instalados nos seguintes setores com as seguintes velocidades mínimas:

Velocidade mínima (MB)	LOCAL PONTO INTERNET	Endereço
200 MB	1. CONSELHO TUTELAR	Av. Benedito Teodoro da Silva, 285 – Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	2. ALMOXARIFADO	Av. Benedito Teodoro da Silva, 229 – Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	3. INSS	Praça Manoel Esteves S/N Abadia dos Dourados/MG
200 MB	4. CRAS - CONVIVER	Rua Ilídio Duarte, 10 - Vila Duarte Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	5. CASA DA CULTURA	Av. Baldoina, 1421 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	6. CRECHE MONSENHOR JOSIAS TOLENTINO DE ARAÚJO	Rua Eli Custódio, 10 - Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	7. CRECHE MONSENHOR JOSIAS TOLENTINO DE ARAÚJO	Rua Eli Custódio, 10 - Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	8. ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GARCIA SOBRINHO	Av. Baldoina, 1335 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	9. POSTO DE SAUDE DONA NAIR GOMES CALDAS	Rua Dr Calil Porto, 140 - Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	10. POSTO SAUDE MARIA DAS CHAGAS BRUNO	Rua Quinca Rodrigues, 270 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	11. POSTO DE SAUDE DONA NAIR GOMES CALDAS	Rua Dr Calil Porto, 140 - Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	12. BOLSA FAMILIA	Rua Dr Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	13. SECRETARIA DE SAÚDE	Av. Benedito Teodoro da Silva, 206 – Centro Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	14. SECRETARIA DE SAÚDE (SANTA CASA)	Av. Benedito Teodoro da Silva, 367 – Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	15. SIAT – RODOVIÁRIA	Av. Baldoina, 1600 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

200 MB	16. PRAÇA PRINCIPAL	Praça Manoel Esteves S/N Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	17. PRAÇA RODOVIÁRIA	Av. Baldoia, 1600 - Alto Abadiense Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	18. PRAÇA CONVIVER	Rua Ilídio Duarte de Sousa – Praça Abadia dos Dourados/MG.
300 MB	19. GABINETE PREFEITURA MUNICIPAL ABADIA DOS DOURADOS	Rua Dr Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	20. GABINETE PREFEITURA MUNICIPAL ABADIA DOS DOURADOS	Rua Dr Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.
200 MB	21. GABINETE PREFEITURA MUNICIPAL ABADIA DOS DOURADOS	Rua Dr Calil Porto, 380 - Centro Abadia dos Dourados/MG.

b) Na previsão das quantidades foram elencados 21 pontos. Os pontos de acesso acima servem somente como referenciais, podendo assim o ponto ser instalado em outro departamento, conforme demanda do município. Em caso de mudança de endereço de qualquer departamento, a contratada deverá reinstalar os equipamentos necessários para a prestação de serviços, sem nenhuma cobrança a contratante.

c) Os serviços devem ser iniciados em até 24 (vinte e quatro) horas depois de recebida a autorização de fornecimento, devendo os mesmos estar concluídos em até 07 dias após o início de sua execução.

d) A detentora do contrato será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

e) Se a qualidade dos serviços entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital de dispensa que precedeu o Contrato, a contratada será notificada para substituição e/ou correção, no prazo máximo de cinco dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

f) Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante autorização da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, e-mail, ordem de Fornecimento, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

g) Os serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso.

h) A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

i) Solicitação de reparos ou manutenção, quando houver necessidade, sem qualquer custo adicional para a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados - MG.

6.1 Manutenção, garantia e disponibilidade:

A manutenção da solução, em caso de interrupção ou falha no serviço, será realizada pela Contratada, de forma on-site (nas dependências da Contratante). A Contratada deverá: Disponibilizar número de telefone e canal de comunicação para abertura de chamados; Disponibilizar sistema de abertura e acompanhamento de chamados; as demandas serão encaminhadas pelo setor responsável e as prioridades deverão estar de acordo com o andamento dos serviços; Informar todo processo de abertura de chamados para suporte e manutenção; Possuir equipe de manutenção capacitada para solucionar problemas relacionados aos serviços; A responsabilidade da garantia de funcionamento dos serviços não pode ser repassada para terceiros; Disponibilizar suporte técnico e manutenção corretiva 24/7 (24 horas por dia, sete dias por semana) durante a instalação e o período de fornecimento do serviço.

Deverá ser prestado suporte técnico em períodos integrais, com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos, nas centrais da concessionária de internet, e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados nas dependências físicas da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados e suas Secretarias. A Contratada deverá fornecer quantidade suficiente de profissionais para a execução dos serviços de manutenção corretiva no menor prazo possível, com o menor impacto possível nas rotinas de trabalho dos profissionais da unidade /bloco onde os serviços serão executados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

No caso da ocorrência de incidentes que comprometam o serviço prestado, a Contratada deverá realizar os procedimentos necessários para recolocar o ponto de internet em seu pleno estado de funcionamento e de uso, comunicando à Contratante. A Contratada deverá manter Central de Atendimento (sítio na Internet, e-mail e telefone) disponível durante o horário comercial, compreendido das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, obrigatoriamente em Português Brasileiro, para consultas e aberturas de chamados técnicos, ao longo de toda a vigência do contrato.

Os atendimentos de assistência técnica devem ser providos pela Contratada em dias úteis, no período de 8h às 17h, com acompanhamento pela equipe técnica da Contratante.

O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância nos circuitos do ponto de acesso, seja ele decorrente de defeito físico do próprio circuito ou de configuração de equipamentos de comunicação de dados, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da Contratante à Contratada.

O prazo máximo para a solução de qualquer problema de inoperância, que implique em substituição de componentes de hardware, será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da comunicação formal da Contratante à Contratada. Independentemente dos prazos anteriores, a empresa estará sujeita às glosas por descumprimento de nível de serviço previstas no Termo de Referência. A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos, acessórios, e serviços necessários à instalação e manutenção do serviço.

6.2 Contrato

Após a homologação do processo licitatório a licitante vencedora terá o prazo máximo de cinco dias, contados do recebimento do Termo de Convocação, para assinar o contrato sob pena de decadência do direito de ser contratada e a aplicação das sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo de assinatura poderá ser prorrogado por igual período desde que formalmente justificado pela licitante e aceito pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG.

A licitante vencedora obrigará-se a manter, até a data de pagamento todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) e anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II), e identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, bem como, comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas a fim de que, sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência e acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento.

Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 8º do Decreto nº 11.246, de 2022, designando dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal. A fiscalização do contrato ficará a cargo do (a) Sr(a) Regis Tomaz Santos, Larissa Vieira Miranda, Veronica Amaral da Silva e Murilo Francisco de Lima, conforme artigo 5º do Decreto Municipal 10.923 de 22 de janeiro de 2024.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Por se tratar de serviço comum, e considerando o valor estimado para contratação, a modalidade de contratação será a dispensa de licitação por valor, na sua forma eletrônica com critério de julgamento do tipo menor preço global, nos termos do inciso II do Art.75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Deverão estar inclusas nas propostas todas as despesas do serviço, mão-de-obra, taxas, transporte, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços estipulados.

O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), exigidos no edital, PROPOSTA com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO, MARCA/MODELO (se for o caso), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, e, ainda, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Considera-se comportamento inidôneo, para fins do inciso X do artigo 155 da Lei 14.133/21 entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.33, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o Contratante;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,
- conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.33, de 2021).

O Contratante deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. RESCISÃO CONTRATUAL

Caso haja rescisão por qualquer das partes, observados os direitos da administração previstos na Lei 14.133/2021.

11. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil ao fornecimento dos serviços mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, mediante depósito bancário em nome da proponente.

12. DOS REAJUSTES E CORREÇÃO MONETÁRIA

O valor mensal contratado será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o IGPM (FGV) e na falta deste pelo INPC (IBGE) ou outro índice substitutivo.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos são constantes da dotação orçamentária:
02010200041220031002001339039990015000000000;
02010300082410069002131339039990016600000000;
02010300082410801002094339039990016600000000;
02010300082430070002012339039990015000000000;
02010400103010097002022339039990016000000000;
02010400103020094002016339039990015000001002;
02010500123610124002034339039990015000001001 – outros serviços de Terceira pessoa jurídica.

14. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1 São obrigações da Contratante:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 São obrigações da Contratada:

A contratada deverá prover o acesso a internet a Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, suas Secretarias e demais unidades devendo:

- Possibilitar acesso aos sistemas corporativos e externos que são necessários para o desempenho das atividades dos servidores;
- Aplicar melhorias e o aperfeiçoamento contínuo, pois as tecnologias permitem esse avanço, com foco na transformação digital;
- Permitir acesso à Internet com alta disponibilidade e confiabilidade;
- A Contratada deverá implementar medidas para garantir a segurança da rede. Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos providos pela Contratante ou oriundos das informações que forem propriedade da Contratante que forem manuseados e utilizados, são de propriedade da Contratante, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da Contratada, bem como, de seus executores, sem expressa autorização da Contratante;
- Será considerado ilícito a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços. A Contratada obriga-se a dar ciência à Contratante, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- Todas as informações obtidas ou extraídas pela Contratada quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a Contratada zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados;
- O serviço solicitado deve compreender o fornecimento de todos os materiais e mão de obra necessários para sua perfeita execução (aparelhos eletroeletrônicos, roteadores, conectores, fios, cabos de transmissão de rede e outros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Quando não for possível a verificação da regularidade pela contratante, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: a) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional; b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal; d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- Fornecer os serviços de acordo com os descritivos, com conexão rápida 24 horas, 7 dias por semana, tecnologia fibra ótica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Informar a contratada com antecedência de 24 horas, caso seja previstos manutenções em torres, redes, caso seja necessária a paralização do acesso à internet;
- Utilizar pessoal qualificado para executar as instalações propostas, dentro da boa técnica e dos costumes;
- Mobilizar a equipe necessária aos serviços e disponibilizar os equipamentos e acessórios necessários à sua execução com qualidade e eficiência;
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- Será de responsabilidade da Contratada o transporte de eventuais remoções e as instalações de equipamentos quando houver necessidade de alteração de local de utilização, correndo às suas expensas todos os custos e despesas decorrentes;
- Disponibilizar os equipamentos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;
- Arcar com todas as despesas relativas a instalação dos aparelhos, estando incluso todos os materiais e mão de obra necessária para a seu funcionamento;
- Substituir o equipamento a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivos de reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza. O Contratante poderá inspecionar regularmente os equipamentos e, se constatar alguma irregularidade, notificar a Contratada;
- A contratada deverá apresentar documentação técnica referente à licença/concessão de serviços de telecomunicação da Agência reguladora prevista na resolução nº 614/2013 da ANATEL e Termo de autorização da ANATEL.

14.3 Das obrigações pertinentes à LGPD

- As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- É dever de o contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O cálculo do valor total deu-se pela multiplicação do valor médio unitário estimado de cada serviço, pelo número de serviços de internet a serem prestados como mostrado a seguir:

ITENS	VALOR ESTIMADO CADA SERVIÇO	NÚMERO DE SERVIÇOS	VALOR TOTAL
Serviço de Internet via fibra Óptica com velocidade mínima de 200 Mbs de download e 50 por cento de upload e estrutura lan to lan	108,21	54	5.843,34
Serviço de Internet via fibra	209,5366	45	9.429,147



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Óptica com velocidade mínima de 300 Mbs de download e 50 por cento de upload e estrutura lan to lan.			
			Total geral: R\$ 15.272,49

O valor estimado total da contratação é de R\$ 15.272,49 (quinze mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Abadia dos Dourados, 20 de março de 2024.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula:
Servidora responsável pela elaboração do Termo de Referência.

Aprovado por: _____

Débora Marcelo Rosa
Controladora Interna